



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



411) Os membros do Ministério Público possuem uma série de garantias e proibições, dispostas no artigo 128, §5º, I e II, da CF. De acordo com o que está disposto na Constituição, aponte a alternativa incorreta.

- a) garantia de vitaliciedade , após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) garantia de inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- c) vedação de exercer a advocacia.
- d) vedação de participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- e) vedação de exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.

RESPOSTA: “e”, pois de acordo com o inciso II, d, do parágrafo quinto do artigo 128, o exercício de uma atividade de magistério é permitida.

412) Sobre o Ministério Público aponte a alternativa correta.

- a) o ingresso na carreira do Ministério Público se fará mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- b) as funções do Ministério Público podem ser exercidas por integrantes da carreira e por pessoas nomeadas pelo juiz, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- c) a distribuição de processos no Ministério Público será imediata.
- d) aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas não se aplicam as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

RESPOSTA: “c”, conforme artigo 129, §5º, da CF.

413) a instituição do Ministério Público possui diversas funções, de acordo com o artigo 129, da CF. Diante disso assinale a alternativa em que não consta uma função do Ministério Público.

- a) exercer a representação judicial e consultoria jurídica dos Estados e Distrito Federal.
- b) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, de meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas
- e) exercer o controle externo da atividade policial.

RESPOSTA: “a”, de acordo com a Constituição, no artigo 132, tal função é dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.

414) Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público aponte a assertiva incorreta

- a) compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) o Procurador Geral da República o preside.
- c) fazem parte do Conselho dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) fazem parte do Conselho dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) fazem parte do Conselho dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça

RESPOSTA: “d”, conforme artigo 130-A, da CF, os dois cidadãos serão indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, cada um.

415) Sobre a advocacia publica assinale a alternativa incorreta

- a) A Advocacia Geral da União é a instituição que representa a União judicial ou extrajudicialmente.
- b) A Advocacia Geral da União tem por chefe o Advogado Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- d) os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

RESPOSTA: “c”, pois de acordo com o artigo 132, parágrafo único, da CF. Aos procuradores são asseguradas a estabilidade após três anos e, não como consta na assertiva, que é aplicáveis aos Juízes e aos Membros do Ministério Público.

416) Sobre a Advocacia e Defensoria Publica assinale a alternativa correta.

- a) o Advogado é dispensável à administração da Justiça.
- b) A Defensoria Publica é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- c) às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional, autonomia administrativa e independência funcional.
- d) aos Defensores Públicos é assegurado a garantia de inamovibilidade, sendo permitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

RESPOSTA: “b”, conforme artigo 134, caput, da CF.

417) Sobre o Estado de Defesa aponte a alternativa correta

- a) o Presidente da República deve, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais irrestritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
- b) o decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração e indicará as medidas coercitivas a vigorarem, dentre outras a restrição ao direito de propriedade.
- c) o tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- d) na vigência do estado de defesa é permitida a incomunicabilidade do preso.

RESPOSTA: “c”, de conformidade com o artigo 136, §2º, da CF.

418) Ainda sobre o Estado de Defesa assinale a alternativa incorreta

- a) na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- b) decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional que decidirá por maioria absoluta.
- c) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.
- d) na vigência do estado de defesa pode ser tomada contra a pessoa a intervenção nas empresas de serviços públicos.

RESPOSTA: “d”, pois tal atitude só pode ser adotada no estado de sítio e não no de defesa.

419) Sobre o Estado de Sítio aponte a alternativa correta

- a) o Presidente da República deve, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio no caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- b) o Presidente da República deve, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional decretar o estado de sítio no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
- c) o Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- d) o Estado de Sítio, no caso do art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior; no do inciso II, poderá ser decretado por prazo de sessenta dias, não podendo ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o artigo 137, parágrafo único.

420) Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, só poderão ser tomadas contra as pessoas algumas medidas dispostas nos incisos do artigo 139, da CF. Diante de tal informação aponte a alternativa que está em desacordo com o texto constitucional.

- a) obrigação de permanência em localidade determinada.
- b) detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- c) restrição à liberdade de imprensa.
- d) detenção de qualquer pessoa, pelo prazo de dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário, hipótese em que poderá ser por maior prazo.

RESPOSTA: “d”, tal medida é adotada no estado de defesa, conforme artigo 136, §3º, III, da CF.